

SAÚDE DO PROFESSOR NO CAMPO: estudo das condições de trabalho e sua relação com a saúde dos professores da Escola Municipal Luiz Gonzaga em Parintins - Amazonas

Gladson Rosas Hauradou¹
Lidiana Filgueira Ribeiro²
Luziene Batalha Lima³
Silneide Lima Portela⁴

RESUMO: Este artigo analisou a relação existente entre as condições de trabalho e a saúde dos professores da Escola Municipal Luiz Gonzaga. A metodologia contemplou três momentos, a saber: 1) o levantamento bibliográfico e fichamento; 2) a realização da pesquisa de campo e 3) a seleção e análise dos dados coletados. Os resultados evidenciam problemas relacionados à saúde oriundos de condições adversas, dentre os quais se destacam aqueles relacionados à voz, gástricos e fadigas ligadas aos trabalhos em classe e extra-classe.

Palavras-chave: Saúde. Saúde do Professor. Condições de Trabalho.

ABSTRACT: This paper analyzed the relationship between working conditions and health of teachers of the School Luiz Gonzaga. The methodology included three times, namely: 1) the literature and book report; 2) the completion of fieldwork and 3) the selection and analysis of the collected data. The results show problems related to health arising from adverse conditions, among which we highlight those related to voice, gastric and fatigue linked to the work in class and outside classroom.

Keywords: Health. Teacher Health. Working Conditions.

¹ Graduado em Serviço Social pelo Centro Universitário Nilton Lins-UNINILTONLINS. Pós-graduando em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil-FAIBRA.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil-FAIBRA.

³ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil-FAIBRA.

⁴ Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Pós-graduanda em Psicopedagogia pela Faculdade Integrada do Brasil-FAIBRA.

1 INTRODUÇÃO

As condições de trabalho, indispensáveis à plena realização de uma dada atividade profissional, quando ofertadas de modo a atender às necessidades dos diversos profissionais em seu campo de atuação, representam o sustentáculo deste processo bem como da saúde destes sujeitos.

Nesse sentido, ao adentrar as discussões que envolvem as condições de trabalho e suas inflexões na saúde dos professores que lecionam em comunidades distantes do município de Parintins no Estado do Amazonas, como é o caso da comunidade de Santo Antônio do Lago do Tracajá, suscitou-nos algumas reflexões, dentre as quais pontuamos as que se seguem: Em que grau as condições de trabalho disponibilizadas aos educadores da referida comunidade podem interferir no condicionamento de sua saúde? Quais são as condições de trabalho ofertadas aos educadores desta comunidade? A saúde destes educadores é afetada positiva ou negativamente pelas condições de trabalho que lhes são ofertadas? Visando responder estas questões, determinaram-se os seguintes objetivos específicos, a saber: 1) verificar o entendimento dos professores sobre a questão da saúde; 2) identificar as condições de trabalho ofertadas aos professores da escola Luiz Gonzaga; e 3) desvelar as implicações das condições de trabalho no condicionamento de sua saúde. Sendo assim, para melhor expor a discussão em tela dividiu-se este artigo em cinco momentos, a saber: a Introdução; Condições de Trabalho e a Saúde do Educador; Educação no campo. Os condicionantes/determinantes da saúde dos professores e a conclusão.

1 CONDIÇÕES DE TRABALHO E A SAÚDE DO PROFESSOR

As condições de trabalho representam e devem ser compreendidas como elementos basilares para que a atividade docente se desenvolva em sua plenitude. Estas condições implicam na potencialidade que envolve a saúde dos educadores. Nesse sentido, compreender estas questões é compreender, também, a noção contemporânea de saúde para desvelarmos os elementos que circunscrevem a saúde dos educadores.

A concepção contemporânea de saúde fora adotada pela OMS que a considera em suas dimensões biopsicossociais. No Brasil, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) regulamentado pela Lei 8080/90, aquelas dimensões se mostram presentes quando se estabelecem os condicionantes/determinantes da saúde. Isto passa a ocorrer quando:

Em primeiro lugar incorpora o conceito mais abrangente de que a saúde tem como fatores determinantes e condicionantes o meio físico (condições geográficas, água, alimentação,...); o meio sócio-econômico e cultural (ocupação, renda, educação, etc.); os fatores biológicos (idade, sexo, herança genética, etc.); e a oportunidade de acesso aos serviços que visem a promoção, proteção e recuperação da saúde. (BRASIL, 1990, p. 03-04).

Esta concepção tem fundamento na proposta consagrada na Constituição Federal de 1988. Seu Art. 196 determina que a saúde seja um direito de todos e dever do Estado garantido mediante a implantação/implementação de políticas que tenham como escopo a redução do risco de doença e de outros agravos. Ademais, deve-se dispor do acesso universal às ações e serviços para a sua promoção, proteção e recuperação o que congrega todos os determinantes supramencionados. Ou seja, toda a prestação de assistência à saúde deve ser compreendida e executada pelo Estado na condição de direito de cidadania. Donde demandam as reflexões deste artigo quando se pensa as condições de trabalho e as inflexões destas condições na saúde dos educadores. Em se tratando de pesquisas neste campo do conhecimento (saúde e trabalho docente) a nível nacional, constata-se “[...] um crescimento significativo no número de casos de estresse e da síndrome de burnout entre os docentes, associados ou não a outras patologias”. (CRUZ et al., 2010, p. 151). “[...] Os problemas de saúde que afetam a categoria estão intimamente relacionados ao tipo de trabalho exercido, ao excesso de trabalho, [e] à precariedade das condições de trabalho”. (VIEIRA et al 2011, p. 2473). Além das condições de vida dos alunos. Como se percebe, a compreensão do que vem a ser saúde envolve uma série de fatores dentre os quais podemos situar as condições de trabalho. Estas condições devem ser apreendidas para que se compreenda em que medida sua disponibilização plena ou precária inflexionam na saúde do educador.

Migliavacca (2010, p. 01) considera que pensar estas condições requer tomar distância de: “[...] análises que buscam a identificação de uma [...] essência universal imanente ao trabalho docente, [e focaliza] o olhar nas relações de forças

que permitem pensar o problema a partir de sua contextualização histórica e geográfica”. Esta constatação remete às reflexões acerca das dimensões objetivas e subjetivas as quais condicionam a atividade docente. Pois, não se poderia compreender a atuação docente sem que se leve em consideração os recursos humanos e materiais. A autora reforça ainda que:

[...] O estudo das condições de trabalho dos professores, no princípio do século XXI, não pode ignorar as linhas de continuidade que se estabelecem entre as últimas transformações desenvolvidas dentro desse campo profissional e as tendências que, como resposta à crise do padrão de acumulação taylorista/fordista, decorrem da implantação de um novo modelo de acumulação capitalista [...]. (MIGLIAVACCA, 2010, p. 01).

Assim, ao considerarmos as condições de trabalho dos professores devemos, necessariamente, nos remeter às várias transformações que vêm se processando no mundo do trabalho e das inflexões que estas provocam na vida em sociedade. Desconsiderar estas questões é ter uma percepção unilateral da realidade da vida destes profissionais.

Historicamente as particularidades que conformam a saúde dos educadores em comunidades rurais têm passado despercebidas nas formulações das políticas de educação. Estas peculiaridades encontram-se condicionadas, também, pelas transformações que se processam no contexto do mercado de trabalho o que incide, sobremaneira na contratação de professores para o meio rural. Deste modo, constata-se que:

Entre as tendências mais substantivas, pode-se considerar o significativo incremento do trabalho precarizado e sua expansão a partir da consolidação de novas formas de contratação – trabalho “terceirizado”, subcontratado ou “part-time”–; o incremento dos assalariados no setor de serviços; e o aumento substantivo do trabalho feminino – preferencialmente absorvido no universo do trabalho precarizado e desregulado. (ANTUNES *apud* MIGLIAVACCA, 2000, p. 01).

Estas discussões têm se apresentado com maior freqüência em pesquisas envolvendo professores nos diferentes níveis de formação. Corroborando esta assertiva Cruz et al. (2010, p. 148) afirmam que:

A atividade docente tem sido marcada por desafios significativos, reflexos das constantes transformações relacionadas ao mundo do trabalho. As condições decorrentes deste cenário, e as múltiplas exigências feitas ao papel do professor,

cada vez mais tem sido associadas aos problemas de saúde física e mental apresentados por estes trabalhadores⁵.

Diante deste quadro constata-se a premência de se vislumbrar possibilidades de intervenção a partir do conjunto da sociedade, e no meio político, para que estas questões sejam equacionadas. Tal equação refere-se à disponibilização de condições de trabalho que em sua relação com a saúde do professor, especialmente, dos educadores que se encontram em situações geográficas e políticas diferenciadas, interfiram positivamente em sua saúde.

2 EDUCAÇÃO NO CAMPO: UM CONSTRUCTO

A educação no contexto no campo está permeada por uma série de condicionantes por ter de ser desenvolvida em condições tão diferenciadas daquela realizada no meio urbano. Estas condições apresentam-se de forma metamorfesada para aqueles que propõem as legislações brasileiras que regulamentam a atuação dos educadores bem como os procedimentos necessários a tal processo. Pois:

A educação oferecida à população campesina, ao longo do tempo, pode ser vista como uma espécie de resíduo do sistema educacional brasileiro. Sempre que se pensou a educação rural, esta se limitava à transmissão de conhecimentos prontos, à transferência de conhecimentos elaborados sem a participação dos sujeitos do campo. Pelo contrário, utilizando para os alunos da zona rural a mesma metodologia usada nas escolas da cidade. (COSTA, 2002; AMORIM, 2009, apud, AMORIM & COSTA, 2009).

Aqui se apresentam algumas das determinações que tomam a educação direcionada aos habitantes do campo como uma educação secundária ou, no limite, subalterna às propostas desenvolvidas no âmbito urbano ou uma extensão deste. (IBID). Estas características constituem-se em elementos centrais para a compreensão de como se deve promover o acesso às políticas de educação que tenham no atendimento às demandas do campo o reconhecimento dos sujeitos enquanto construtores destas políticas. Araújo (2014) destaca que:

⁵ Pesquisa realizada entre 2009 e 2010 pela professora Izabel Cristina Borsoi, “[...] retrata como o produtivismo está acabando com a saúde dos docentes. Essa lógica é um dos desdobramentos da reestruturação universitária que começou na década de 70”. (SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN, 2012).

Esta tem sido a caracterização das escolas no em nosso país, que nega a [...] crianças, jovens e adultos o acesso ao conhecimento sistematizado, como afirma Ribeiro (2000, p. 02): “toda política para a educação rural tem-se restringido a oferecer um arremedo da escola urbana, que, nem habilita os filhos dos agricultores para dar continuidade às lides dos pais, nem os qualifica para os empregos urbanos”. (p. 04)

Como se percebe, as concepções relativas às políticas de educação no âmbito do campo têm se apresentado historicamente sem que sejam considerados o meio rural e suas particularidades. Pois, estas políticas têm sido concebidas, em sua grande maioria, sem levar em conta a participação efetiva dos homens e mulheres que habitam o meio rural. Sem os empoderar para a autonomia necessária ao pleno desenvolvimento de suas potencialidades tanto no campo quanto na cidade. Por outro lado, Amorim & Costa (2009) enfatizam que no âmbito da educação no campo também se tem verificado uma crescente conquista no contexto da Política Pública de Educação. Tais autores expressam este ganho no embate político afirmando que:

Estas conquistas nas políticas públicas são acompanhadas pelos movimentos e organizações de trabalhadores e trabalhadoras camponeses/as. Estes/as participam destas políticas fazendo proposições e apresentando exemplos, práticas de como deve ser a educação dos povos do campo. Por isso, surge nesse contexto um novo jeito de lutar e de pensar a educação para os brasileiros que trabalham no campo e vivem do campo (CALDART, 2004 *apud* AMORIM & COSTA, 2009, p. 03).

Dentre estas conquistas⁶ pode-se considerar o que está proposto na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) precisamente no que se refere à educação camponesa. Esta lei propõe que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II – organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III – adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996, Art. 28).

⁶ Outra conquista, [...], foi a elaboração das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo [...], 2002. Este documento, na seção,[...], mostra-nos que a identidade da escola do campo é definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: agricultores/ os familiares, assalariados/ os assentados/ os ribeirinhos, caiçaras, extrativistas, pescadores, indígenas, remanescentes de quilombos, enfim, todos os povos do campo brasileiro. (AMORIM & COSTA, 2009, p. 04).

A educação no campo, dadas as suas particularidades, tem requerido um olhar diferenciado do poder público tendo em vista que esta não pode ser pensada sob a ótica urbana de se educar. A proposta da LDBEN, apesar de representar um avanço, não tem sido capaz de responder satisfatoriamente às reais necessidades dos habitantes do campo. O papel efetivo das políticas públicas mostra-se como objeto de debate quando estas se apresentam completas enquanto lei, *pró-forma*. Todavia, sua efetividade no cotidiano da vida das pessoas comparece fragmentada.

Passos (2009) distingue o paradigma da Educação do Campo e da Educação Rural. Enfatiza que o paradigma da Educação Rural “[...] surge condicionado pelas matrizes culturais escravistas, latifundista empresarial, assistencialista, e do controle político e econômico das oligarquias sobre a terra e as pessoas que nela vivem [...]” (p. 09). Já a Educação do Campo tem sua “[...] gênese [...] intimamente ligada às várias lutas e formas de resistência frente a governos e políticas que vem tratando o urbano como parâmetro e o rural como adaptação [...]” (p. 11). Portanto, têm-se duas dimensões de como vem sendo concebida a educação voltada para os sujeitos que vivem no campo. A primeira pensada para eles, (Educação Rural) e segunda pensada por eles, materializada na Educação do Campo. Ademais, esta “[...] é antes de tudo conceituada como **formação humana** [...]” (p. 11, grifos da autora).

4 OS CONDICIONANTES/DETERMINANTES DA SAÚDE DOS PROFESSORES

A Escola Luiz Gonzaga possui 38 funcionários dos quais 23 (vinte e três) são professores. Optou-se por entrevistar aproximadamente 20% dos mesmos por entender que este percentual atenderia aos propósitos desta pesquisa. Assim sendo, os informantes limitaram-se a dois professores efetivos (sexo masculino) e dois professores contratados (um do sexo masculino e outro feminino) identificados como “Docente 01, 02, 03 e 04”.

Os dados coletados em maio de 2014 evidenciam que a maioria dos investigados compreende a saúde em suas variadas dimensões. Em que sua manifestação efetiva decorre de um bem estar multidimensional. Constatou-se que a saúde dos professores tende a ser prejudicada pela não frequência de idas ao médico para a realização de intervenção clínica ou mesmo de exames de rotina. O

envolvimento excessivo com o trabalho responde por essa não iniciativa. É dever do Estado – do município enquanto ente federativo, garantir mediante a implementação de políticas sociais/econômicas a redução do risco de doença e de outros agravos (BRASIL, 2007) - atentar para esta questão. Requer o redimensionamento da atividade docente mediante interferências administrativas. Para o professor que leciona nestas comunidades a responsabilidade com a educação é cobrada diretamente, pois envolve maior proximidade com os familiares dos alunos. Assim, estes se veem obrigados e condicionados a não ausentar-se do trabalho quando da necessidade da realização de consultas médicas, o que tende a concorrer para as manifestações de problemas decorrentes da não observância dos cuidados com a saúde.

Não há disponibilização de incentivos para a permanência do professor contratado na escola da comunidade (ajuda de custo, auxílio localidade, transporte). Para os professores efetivos existem algumas prerrogativas das quais não gozam os profissionais que são contratados. A despesa com a ida e vinda entre a comunidade e a cidade e a alimentação se dá por conta do próprio profissional. Somente a moradia é disponibilizada. Ou seja, “[...] nenhum professor que não [é] natural da comunidade [...] têm essa ajuda de custo [...]”. (DOCENTE 01). Para os professores efetivos são disponibilizados alguns “benefícios” considerados fundamentais para a sua manutenção. Segundo o Docente 02 estes recebem incentivos como “[...] transporte, [...], temos também regência de classe, nós temos o triênio. Então, são alguns [benefícios] que complementam nosso salário. Se fosse só o salário, nós não teríamos condições de estarmos aqui trabalhando”. Tal disparidade entre profissionais efetivos e contratados pode ser relacionada com as transformações que se processam no contexto do denominado “mundo do trabalho”. Estas mudanças incidem sobremaneira na saúde destes profissionais, pois exigem maiores sacrifícios na realização de seu fazer docente. (CRUZ et al., 2010). Ademais, os “contratos” são subcontratos.

Estas constatações concorrem, em alguma medida, para a manifestação de problemas de saúde nesses profissionais de educação. Como vimos anteriormente, a saúde é compreendida como um bem estar nas suas dimensões biopsicossociais (OMS, 2009) e qualquer interferência em uma dessas dimensões pode se desdobrar em problemas de saúde. Os entrevistados declararam que as condições de trabalho que lhes são ofertadas têm interferido negativamente em sua

saúde. Como desdobramento dessas condições tem havido a manifestação de problemas em diversas ordens. Quando questionados sobre se estes já teriam tido algum problema de saúde enquanto estavam exercendo suas atividades na escola. Resguardadas as particularidades, dentre os problemas de saúde mais constantes identificou-se os que constam nos fragmentos a seguir:

[...] **a questão de falar muito**, [...] têm aqueles alunos que são agitados, vivem bagunçando, vivem atrapalhando a aula do professor, então **a questão da voz do professor acaba sendo prejudicada**. (DOCENTE 01).

Sim, já tive problemas sérios. **Tive dois problemas de convulsões [...] quando eu fico muitas horas trabalhando** [trabalhos extra - classe], pelo fato de eu ser hipertenso, às vezes se eu não dormir na hora certa [...] no outro dia eu passo mal. E outro foi que, eu comecei **a falar demais e parece que quase dilata uma veia de minhas cordas vocais e cheguei até a cuspir sangue**. Fiquei meio receoso com a situação [...] e comecei a refletir sobre, que a gente se sacrifica tanto e não cuidamos da gente mesmo [...]. (DOCENTE 02)

Quando fazemos aquilo que gostamos, não sentimos tanta dificuldade diante dos desafios. Porém, somos seres humanos e uma vez ou outra **me sinto fadigada**, isso acaba comprometendo os rendimentos no trabalho. (DOCENTE 03).

Sim, **gastrite**. (DOCENTE 04).

A relevância destas observações constitui-se como uma das chaves para a superação das limitações do fazer docente no campo. As investigações nesse sentido tendem a contribuir para o desvelamento das possibilidades de construção de mecanismos que se configurem em alternativas de intervenção para a melhoria da qualidade de vida dos professores, homens e mulheres, que atuam em comunidades rurais sob as mais distintas formas e condições de trabalho. “Assim sendo, percebe-se que estes itens estão diretamente relacionados à qualidade do trabalho docente, assim como a própria saúde deste trabalhador”. (CRUZ et al., 2010, p. 154-155).

5 CONCLUSÃO

As falas dos investigados sinalizam a existência de condições adversas à realização do trabalho docente. Em razão dessas adversidades, constatam-se alguns efeitos na qualidade de vida destes profissionais cuja presença se mostra na manifestação de distintos problemas de saúde como: problemas relacionados à voz, em razão do intenso barulho provocado pela agitação dos estudantes em sala de aula; problemas relacionados ao estado emocional originários de relações conflituosas entre estudantes e professores e entre professores e professores;

fadiga decorrente da realização sucessiva de atividades em classe e de trabalhos extra-classe; e problemas gástricos, além de um distanciamento destes professores das consultas médicas. Estas questões somam-se a muitas outras que perpassam o cotidiano dos professores que atuam nas escolas das comunidades rurais da imensa região Amazônica. Assim, a discussão aqui empreendida (incipiente) tende a convergir em relação ao posicionamento dos autores acerca não só das transformações socioeconômicas e das alterações que estas promovem nas condições de trabalho e conseqüentemente na saúde dos professores como também da necessidade de maior atenção do poder público para a questão em tela. Ou seja, rever criticamente como estas condições estão sendo ofertadas aos professores das escolas do meio rural visando superar as limitações impostas pelos efeitos negativos na saúde destes profissionais.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Anajara Gomes; COSTA, Sidiney Alves. Desafios da Educação no/do Campo: Um Estudo no Município de Barra do Choça – Sudoeste da Bahia. Disponível em: <educanp.weebly.com>. Acesso em 15 set. 2014.

ARAÚJO, Sandra Regina Magalhães de. Educação do Campo e Desenvolvimento Sustentável: Um estudo de caso sobre a Escola Família Agrícola de Angical – Bahia, 2014.

BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Escala, 2007.

_____. ABC do SUS Doutrinas e Princípios. Ministério da Saúde Secretaria Nacional de Assistência à Saúde. Brasília/DF, 1990.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

CRUZ, Roberto Moraes et al. Saúde Docente, Condições e Carga de Trabalho. In: Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), 4, Julio, 2010, 147-160.

MIGLIAVACCA, A. Condições de trabalho do professor. In: OLIVEIRA, D. A.; DUARTE, A. M. C.; VIEIRA, L. M. F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE- OMS (1984). Definição de saúde. Disponível em: <<http://www.who.>>. Acesso em: 10 out. 2009.

PASSOS, Maria das Graças Serudo. Aperfeiçoamento em Educação do Campo: Educação Camponesa com ênfase na Pedagogia da Terra, Pedagogia da Alternância e Pedagogia do Movimento. Manaus: IFAM/1000 Comunicações, 2009.

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR – ANDES-SN. Pesquisadora da Ufes comprova que produtivismo está afetando saúde dos docentes. Disponível em: <www.andes.org.com.br>. Acesso em: 25 jun. 2013.

VIEIRA et al. (s/d). As Condições de Trabalho do Professor e os seus efeitos sobre sua saúde. In: X Congresso Nacional de Educação; I Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSE, 2011, Curitiba. Anais.